



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 7

3.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 27 de abril de 2018

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Portalegre e no Auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís David Trindade de Moreira Testa, Ricardo Jorge da Costa Trindade Palmeiro Romão, Hugo Chichorro e Silva Capote, Joaquim Francisco da Silva Barbas, Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, Maria da Conceição Ceia Miranda, Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Adriano de Jesus Miguel Dias Pedro, Amândio José Valente e Valente, Fernando António Trindade Rebola, Raúl Cordeiro (em substituição de José Pinto Leite, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís Miguel Crespo Carvalho, Maria do Rosário Palhas Narciso, João Manuel Ribeiro Baptista Realinho, Rosa Maria Vieira Correia Bragança Pinheiro, Paula Marques (em substituição de Cristiana Mafalda Camejo, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Carla Lucinda Raposo Mocito, José Cordas Barradas, Diogo Júlio Cleto Serra, João Pedro Meira, Ana Catarina Almirante Vilhais, João Manuel Batista Vivas, Luís Miguel Candeias Ricardo, Henrique Manuel Esteves Santinho, Jaime Alexandre da Silva Fitas, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Francisco José Martins da Silva.--

O Presidente da mesa, Luís Testa, deu início aos trabalhos, eram 21:10 horas. Verificou-se o quórum e, tendo em conta o pedido de substituição do 2.º secretário, José Pinto Leite, solicitou a Carla Mocito que os pudesse acompanhar na mesa. Aproveitou para dar nota do expediente recebido nos serviços administrativos da Assembleia Municipal. A correspondência ficava disponível para consulta, a mesa, para quem tivesse interesse.-----

Período de intervenção do público:

Solicitando o uso da palavra, Nuno Brito, na qualidade de eleito local pelo CDS e também de cidadão, pretendia expressar ali um lamento e fazer um apelo, em relação ao modelo adotado, na passada quarta-feira, para a sessão solene evocativa do 25 de Abril. Fazia-o, com cordialidade e com elevação, procurando contribuir para o engrandecimento daquela data. Disse que o papel fundamental dos eleitos locais, bem como a necessidade da participação ativa dos cidadãos na vida política, tinha sido destacado por todas as bancadas, sem exceção, nas intervenções da passada quarta-feira. Contudo, e ao contrário do que tinha acontecido nos últimos anos, o CDS tinha autarcas eleitos no concelho. No entanto, viram-se privados de poderem expressar, de forma livre e democrática, o que representava aquela data. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Por outro lado, o modelo adotado, em termos regimentais, não contemplava qualquer período destinado aos cidadãos, restringindo-se apenas à participação dos que foram eleitos.

Conforme as palavras dirigidas pelo Presidente da Assembleia: “O 25 de Abril trouxe-lhes todas as conquistas políticas”. Mas se o 25 de abril trouxe a liberdade, legitimamente, então o facto da sessão solene ter sido organizada como foi na passada quarta feira, excluindo-se deliberadamente forças políticas com representantes eleitos democraticamente, também trouxe a liberdade de ele ali poder sublinhar aquela contradição.

Também o Presidente da Assembleia da República tinha referido no discurso proferido ao país que “Há poucos a intervir muito e muitos a não intervir!”. Não lhe parecia que aquele modelo contribuísse para inverter a situação.

Portanto, era com a defesa convicta orgulhosa dos seus ideais que honrava a memória daqueles que, para benefício de todos, fizeram o 25 de Abril.

O 25 de abril representava inclusão e não exclusão.

Apelou a que, futuramente, se abandonasse aquele modelo e se pensasse noutro mais consentâneo com os valores de Abril, mais plural e aberto a participações externas, valorizando o dia que se comemorava.

Por último, recordou as palavras do Presidente daquela Assembleia quando disse: “Mais importante do que ser eleito, é o poder de eleger.” e que a decisão de não desenvolver tinha sido um desrespeito para com aqueles, que tendo o poder de eleger, tinham entendido ser o CDS e ele próprio merecedores de eleição. -----

O Presidente da mesa disse que a posição anterior seria registada e considerada, oportunamente. Perguntou se mais alguém do público queria usar da palavra? -----

Moção – CDU (Diogo Júlio)

“Cumpre-se este ano o vigésimo aniversário do 1º Referendo sobre a criação das Regiões Administrativas, um ano em que o Poder Central se afirma como motor da municipalização e aposta em desviar a nossa atenção da necessidade sentida e do preceituado na nossa Constituição que garante as Regiões Administrativas.

Recordemos que o Referendo realizado em 8 de Novembro de 1998 que não obteve a participação necessária para o tornar vinculativo deu a vitória ao Não mas no Alentejo recebeu o apoio claro dos alentejanos.

Esse resultado nacional, apesar de não vinculativo, serviu para os adversários da descentralização para manterem, até hoje, o modelo centralista e centralizador responsável pela litoralização do país e pela desertificação de todo o interior. Todavia o imperativo da modernização administrativa é indissociável da descentralização do Estado, num quadro de fortalecimento da unidade e coesão nacionais e do reforço da confiança dos cidadãos na administração pública, preocupações acauteladas há quatro décadas, por várias vezes reconfirmadas, quando na Constituição da República foi consignado o Poder Local Democrático,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

consubstanciado nas freguesias, nos municípios e nas regiões administrativas, enquanto pilares fundamentais do Estado de Direito Democrático, com autonomia administrativa e financeira própria e específica, em consonância com uma moderna repartição de funções entre as Administrações Central e Local, tal como acontece nos demais países que apostam na descentralização;

O Povo Alentejano há muito que manifesta a sua vontade de ver criadas as Regiões Administrativas enquanto instrumento de apoio ao desenvolvimento regional, reclamando a sua instituição repetidamente, tanto através dos seus legítimos representantes locais e dos mais representativos agentes económicos, sociais e culturais, como em múltiplos fóruns, como os dos participados, plurais e representativos congressos regionais e movimentos cívicos.

Foi com estas considerações presentes que um conjunto de personalidades do Alentejo reunidos sob a sigla AMALENTEJO realizaram no dia 2 de Abril de 2016, em Troia, o seu primeiro Congresso e em Março de 2017 em Campo Maior, o plenário regional que entre outras importantes decisões marcou para o nosso distrito a realização do seu 2º Congresso, sob o lema: Agir no presente planeando o futuro.

Esse Congresso marcado para os próximos dias 30 de Junho e 1 de Julho em Castelo de Vide deverá contar com o empenhamento e participação de toda a Região e de todos os alentejanos.

Com esse objetivo a Assembleia Municipal de Portalegre delibera participar através dos seus legítimos representantes no Congresso em Castelo de Vide e recomenda ao Executivo Municipal que também ele se inscreva e participe na quele Congresso e ajude a efetivar as decisões que ele vier a tomar.”

Miguel Monteiro, relativamente à moção apresentada, disse que a parte que lhe colocava algumas reservas era uma eventual representatividade da Assembleia Municipal, na reunião que iria ocorrer. Pareceu-lhe que a moção ia no sentido de manifestar a oposição ao processo de descentralização, que estava a ser preparado e, por outro lado, fazendo apologia para que se avançasse para um processo pouco pacífico e maduro, para a região do Alentejo.

Tendo em conta o enquadramento feito, a posição do PS não era favorável quanto ao documento apresentado pela CDU. -----

Joaquim Barbas disse que tinha sido um dos fundadores do movimento em causa. Tinha algumas dúvidas quanto ao documento, mas iria votar a favor.-----

Ricardo Romão disse que o seu grupo não entendia o documento como sendo uma moção, mas como um convite a participar naquele evento. -----

O Presidente da mesa salientou que, embora o proponente desse o nome de moção, tinha uma replicação direta e imediata, com a sua aprovação e na sua deliberação, e com uma componente mais de proposta do que propriamente de moção. No entanto, existia uma fundamentação longa e extensa do documento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Diogo Júlio esclareceu que a ideia base era no sentido de votarem uma recomendação para que aquela Assembleia não ficasse indiferente a uma decisão que tinha sido contruída ao longo dos anos, por um conjunto de alentejanos filiados nas mais diversas correntes políticas e ideológicas.-----

Moção – CDU (Amândio Valente)

“Sob a capa da «municipalização» dos serviços públicos e com recurso ao abastardamento da ideia de descentralização, o governo preparou um extenso pacote de transferências de competências da Administração Central para as autarquias locais: - definir a natureza, o âmbito e os níveis de atendimento de cada um dos serviços a que essas transferências respeitam, planear os equipamentos e infraestruturas necessárias e, nalguns casos até, determinar os recursos humanos especializados necessários são áreas em que as competências se mantêm centralizadas.

O processo de transferência de competências em curso, longe de satisfazer os objetivos constitucionalmente consagrados para a descentralização, configura, em geral, a mera desconcentração de competências para a execução de atos materiais com autonomia administrativa e financeira.

Aliás, a inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas –, que não são substituíveis por soluções intermunicipais, constitui um obstáculo a uma efetiva descentralização que é urgente resolver.

Escondida sob o canto da sereia do alargamento de poderes e competências das autarquias, a mesma afirmação permanece, em todas as situações: do processo não pode resultar aumento da despesa pública.

O que significa que a transferência de competências não vai ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas: longe de visar uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, consistirá, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o poder local.

A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação que faça sentido à luz do princípio da subsidiariedade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado.

Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm, exigem a devolução às autarquias das competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos sistemas multimunicipais. Exigem ainda a reposição das freguesias.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume e recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro.

Face aos projetos de diplomas do governo que visam transferir competências para as autarquias locais, a Assembleia Municipal de Portalegre, reunida a 27 de Abril de 2018 delibera:

1. Reclamar uma descentralização efetiva, condição essencial para o desenvolvimento local e regional, que assegure o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promova a eficiência e eficácia da gestão pública, garantindo e aprofundando os direitos das populações.
2. Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração e à defesa da autonomia dos municípios e das freguesias.
3. Rejeitar a transferência de competências que, subordinando a satisfação de legítimos direitos e justas expectativas das populações às contingências e desigualdades inerentes aos diversos graus e características do desenvolvimento local, prejudique a universalidade dos direitos sociais constitucionalmente protegidos.
4. Expressar as maiores reservas quanto a transferências de competências de mera execução (física e financeira) mantendo o poder de decisão, em última instância, no Governo e na Administração Central e generalizando formas de tutela efetiva com a corrosão e progressiva destruição da autonomia do Poder Local
5. Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.”

Miguel Monteiro disse que não lhe restavam dúvidas quanto à sua posição e à do seu grupo, uma vez que o sumo daquela moção não era propriamente a transferência de competências, mas sim a defesa inequívoca da regionalização. Portanto, não lhe parecia que estivessem preparados para um processo daquele tipo e, pelo contrário, entendia que uma descentralização gradual do país, ao nível das suas competências, era algo exequível para ser realizado a breve trecho, desde que se acautelassem algumas das reservas que a moção da CDU ali apresentava. Concluiu, referindo que quanto menor era o nível de intervenção nas Freguesias e nas Câmaras, mais se gastava, de forma eficiente, o dinheiro do erário público. -----

Joaquim Barbas disse que estavam ali coisas distintas e, a seu ver, todas as descentralizações eram importantes. As próprias Câmaras Municipais podiam, eventualmente, opor-se se entendessem que não tinham as compensações financeiras. A regionalização podia demorar anos, mas o que estava ali em questão era a descentralização que o governo pretendia iniciar nas autarquias locais. Não apoiaria aquela moção, assim da forma em que estava. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ricardo Romão disse que havia ali uma questão de sintaxe dos termos “descentralização” ou “regionalização” e também se colocava a questão de saber se o que ali era proposto, quanto à criação das regiões administrativas, seria mais eficiente do que um outro modelo qualquer. Eventualmente, poderiam não estar preparados ou até ir por um caminho que lhes deixava algumas dúvidas, na sua aplicação real. Provavelmente teriam de esperar para ver e perceber como as coisas se poderiam melhorar futuramente.-----

Moção – CDU (Rosário Narciso)

- “Em Maio reafirmar Abril”;

“A Assembleia Municipal de Portalegre saúda os 44 anos da Revolução de Abril e quanto contribuíram de forma decisiva para que a mesma tivesse lugar e a mantém viva e atuante, desde então e até aos nossos dias.

Saúda o 1.º de Maio, Dia do Trabalhador e em particular os trabalhadores e trabalhadoras que irão de novo, em Portalegre, comemorar em festa e em luta o Dia Internacional do Trabalhador.

Saúda todos e todas que no nosso território e em qualquer parte do mundo, trabalham e lutam para que a democracia e a liberdade conquistadas alcancem o conteúdo cantado pelo Poeta “ Só há liberdade a sério quando houver a paz. O pão. Saúde, habitação, liberdade de optar e decidir. Quando derem ao Povo o que o Povo produzir. Chama à participação todos os Portalegrenses exortando-os a celebrarem/celebrarmos o progresso conquistado, combaterem/combatermos a pobreza e a desigualdade, a lutarem/lutarmos pelos direitos constitucionais e pela construção de um concelho e um país melhor e mais justo.

Exorta todos os portalegrenses a reafirmarem Abril comemorando Maio e, a par das justas reivindicações em defesa do trabalho com direitos, por melhores salários e reformas dignas, exigirem as políticas e os investimentos capazes de alterarem o definhado do concelho e de todo o interior.

Exorta todos e todas a reafirmarem a exigência junto do governo central de que ao interior seja garantido não quaisquer políticas de favor mas uma política nacional de desenvolvimento do interior que possa reparar as injustiças que reiteradamente tem sofrido.

Que Viva Abril

Viva o 1.º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador”

Hugo Capote lembrou que o grupo da CDU tinha feito um pedido ao Presidente da Assembleia Municipal, para que fosse distribuído a cada um dos grupos municipais ali presentes o relatório de atividades do Vereador da CDU, eleito na Câmara, com delegação de competências da Presidente da mesma. O intuito era dar a conhecer a plenitude da atividade do Vereador da CDU.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Presidente da mesa disse que estavam recetivos para receberem e entregar-se cópia do documento a todos os grupos municipais. -----

Ricardo Romão referiu que na passada reunião, nas moções apresentadas, tinha havido uma em que se solicitou que fosse criada uma comissão, para promover certos debates e conferências. Perguntou ao Presidente daquela Assembleia se tinha dado seguimento ao assunto. -----

O Presidente da mesa lembrou que, havendo convergência de moções, a solução de redação final seria, a todo o tempo, possível de adquirir, embora tivessem de ser os proponentes a promoverem a própria redação final. Portanto, a mesa podia acolher as redações e, relativamente ao ciclo de conferências, disse que o próprio já tinha desencadeado alguns contactos, na questão dos transportes, no sentido de, até ao verão, poderem realizar um fórum sobre tal temática. Aguardava a compatibilização de agendas. -----

Miguel Monteiro perguntou ao executivo municipal se os pedidos efetuados pelas várias Juntas de Freguesia já tinham recebido resposta da autarquia? Perguntou diretamente à Presidente da Câmara quem é que a substituía quando não estava na Câmara. -----

Raúl Cordeiro perguntou à Presidente da Câmara se já tinha delegado todas as competências no seu executivo e quais eram.-----

Henrique Santinho, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Fortios, lembrou à Presidente da autarquia que o concelho de Portalegre não tem apenas três freguesias. Salientou que a freguesia dos Fortios era a maior das freguesias rurais, em população. No entanto, parecia-lhe que tinham sido colocados à parte e sem relações com a Câmara Municipal, pois a Presidente, passados sete meses, nem sequer tinha tido cinco minutos do seu tempo para sequer conhecer o executivo e as necessidades daquela Junta. A Freguesia dos Fortios não merecia a atitude da Presidente da Câmara Municipal, até porque foi eleita, em grande parte, pela população de lá. Os Fortios careciam de mais apoio, por parte da Câmara Municipal de Portalegre!-----

A Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes. Referiu que ainda não se tinha ausentado e que embora a competência para delegar fosse sua, não era obrigada, pela lei, a fazê-lo. Relativamente à questão da freguesia de Fortios, tinha a ideia de que o Vereador do pelouro, reuniu com todas as juntas do concelho. No entanto, era sua intenção visitá-las todas e “fazer a ronda”. Quanto aos pedidos feitos pelas freguesias, referiu que a autarquia não conseguia atender a alguns, como era o caso de disponibilizar saibro. A questão estava a ser resolvida, embora fosse complicado, até porque o saibro existente na zona industrial não tinha qualidade. Estavam a tentar encontrar a melhor solução para satisfazer os pedidos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Acrescentou que a delegação de competências saía em edital e era enviada para todas as entidades. Provavelmente já estaria no site. Iria pessoalmente resolver a questão e enviar para o Presidente da Assembleia Municipal. -----

Novamente no uso da palavra, Henrique Santinho disse que não era obrigatório a Presidente deslocar-se à freguesia dos Fortios. Ele próprio e a sua equipa podiam ir à Câmara Municipal e falar pessoalmente com a Presidente, porque embora já tivesse falado com o Vereador, não era a mesma coisa do que falar com a Presidente. Todas as conversas e pedidos efetuados até à data não surtiram qualquer efeito. Salientou o facto de que até os contentores do lixo colocados na freguesia tinham sido reparados com meios do próprio, para que o lixo não ficasse espalhado pelas ruas. Esperava que, brevemente, se mudassem de atitudes e voltou a referir que o concelho de Portalegre era mais extenso do que apenas três freguesias. -----

Miguel Monteiro fez questão de ler o artigo quinquagésimo sexto, da lei cinco-A de dois mil e dois, de onze de janeiro:

“A Câmara Municipal é constituída por um Presidente e por Vereadores, um dos quais designado Vice-presidente. É o órgão executivo colegial do município eleito pelos cidadãos eleitores, recenseados na sua área.”

Posto aquilo, a resposta dada pela Presidente não era satisfatória para alguém que gostaria de ver uma capital de distrito ser gerida, naquele caso, com o mínimo de responsabilidade. Embora a Presidente dissesse que tem estado sempre presente, tinham ali acabado de ouvir relato da sua ausência nas freguesias rurais.

Perguntou qual era a solução que a mesma iria arranjar no dia em que não pudesse estar presente? Qual seria o critério? Era o primeiro Vereador que chegasse à Câmara? Evidentemente que o substituto da Presidente era importante, não só por uma questão de clareza e de dignidade para a Câmara Municipal de Portalegre.-----

Hugo Capote propôs à Presidente da Câmara que não nomeasse um Vice-presidente, pois era um favor que lhes fazia, porque demonstrava que havia ali qualquer coisa que não justificava que já há sete meses não havia nenhum. Algo se passava no seio da CLIP. Perguntou também acerca do “ponto negro” do trânsito na cidade: a área do Bonfim, a qual já custou muito sofrimento e dias de hospitalização a vários portalegrenses. Para quando a intervenção na zona que, segundo sabia, até já havia projeto e verbas.-----

A Presidente da Câmara começou por perguntar ao Presidente da Junta dos Fortios se já lhe tinha pedido alguma reunião. Além de que, já se tinha deslocado aos Fortios por mais de uma vez e, inclusive, almoçado e conversado com o próprio. Salientou que estava sempre disponível e também tinha conhecimento da questão dos contentores e iria ser aberto procedimento para aquisição de contentores, por forma a colmatar as falhas do município, naquela área.

Era também sabido que a situação financeira da autarquia não lhes permitiu fazer o que gostariam, mas estavam a começar a solucionar algumas prioridades.

Apesar de já ter recebido e estar disponível para continuar a receber os Presidentes de Junta, tal não queria dizer que pudesse dar resposta a todas as solicitações.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Relativamente à questão do Bonfim, disse que estava já aprovado o projeto e a candidatura também já tinha sido aceite, em reunião de Câmara. Portanto, quando as condições permitissem, e o período letivo o facilitasse, iriam entrar em obras.-----

ORDEM DO DIA:

1 – Informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

O Presidente da mesa esclareceu que quem era titular da prestação daquela informação era a Presidente da Câmara Municipal, obviamente, respondendo em sede daquele ponto por todo o executivo municipal. Portanto, a mesa da Assembleia Municipal não podia impedir nenhum Vereador de se corresponder com a Assembleia Municipal. Contudo, o ponto em debate era o da discussão do relatório, cuja única proponente só poderia ser a Presidente da Câmara Municipal, pese embora, pudessem haver outros documentos que poderiam ajudar à discussão e que seriam distribuídos como todos os outros documentos que chegassem à mesa. Por último, solicitou a todos uma síntese de esforço documental, pois ajudaria a mesa na gestão do órgão. Perguntou à Presidente da Câmara desejava apresentar o relatório que subscrevia ou se passariam à discussão.-----

A Presidente da Câmara disse que não iria apresentar o relatório, pois era extenso. No entanto, chamou a atenção para algumas questões mais relevantes no mesmo e salientou que a proponente era a própria, mas escrevia em representação do executivo municipal. Portanto, nunca utilizou, nem utilizaria a primeira pessoa, porque os pelouros não eram estanques. Todos trabalhavam conjuntamente, em prol do concelho. Anteriormente já tinham acordado que o relatório seria sempre feito de acordo com a lei e naqueles moldes. Também disse que sempre apelou ao poder de síntese de todos os envolvidos no documento em causa.

A Presidente da Câmara fez uma súmula das questões mais relevantes do relatório municipal. -----

Hugo Capote disse que todos estavam ali de acordo que era à Presidente que, legalmente, cabia apresentar o relatório de atividades. Contudo, aquela situação governativa não era constituída por um único partido e sendo aquela Assembleia Municipal um órgão fiscalizador da Câmara, disse que era importante saber o que é que o executivo tinha feito. Entendia que com a delegação de competências existiria uma delegação de responsabilidades, delegadas pela Presidente do executivo. O grupo municipal da CDU não via qual o problema em cada um dos Vereadores apresentar, mesmo em nome do coletivo do executivo, o seu trabalho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Mais referiu, sendo aquele um documento que expressava a atividade política do órgão, representado pela Presidente, deveria ter mais síntese da parte dos técnicos da autarquia e não da dos Vereadores. Já nos relatórios anteriores, uma das críticas que perpassava era de que grande parte da atividade municipal era o normal funcionamento da Câmara.

Salientou o facto de terem pedido para ser ali distribuído o relatório do Vereador da CDU, para que todos percebessem que o mesmo tinha sido reescrito, foram omitidas partes e acrescentadas outras. Perguntou à Presidente se também fazia o mesmo aos chefes de divisão. Não fazia qualquer sentido os Vereadores não poderem apresentar livremente cada um dos seus relatórios. Estava a criar-se uma situação de discriminação desnecessária. Por último, pediu desculpa ao Vereador Armando Varela, porque na última Assembleia Municipal, o tinha acusado de não ter feito nada durante três meses. Se, efetivamente, o relatório do Vereador chegou aos serviços, antes da assembleia, e não foi introduzido, então alguém devia ter sido responsabilizado pelo lapso.

Perguntou ainda à Presidente da Câmara, relativamente à importante questão dos PREVPAP, para regularização dos precários na Câmara Municipal, o que é que estava a ser feito de concreto naquele programa?

Quanto às obras coercivas no concelho, que estavam mencionadas no relatório, quis saber se estavam a decorrer obras daquele tipo, no concelho?-----

A Presidente da Câmara lembrou que o relatório municipal tinha uma parte descritiva e, a seguir, uma parte que considerava como anexos, que era a parte referente aos serviços da autarquia, para quem quisesse saber mais ao pormenor o que foi feito.

Quanto à questão dos Vereadores poderem fazer os relatórios, referiu que não se opunha, e todos podiam entregá-lo diretamente, mas o seu relatório era o seu relatório e tinha de ir na terceira pessoa, pois não admitia que se dissesse que as coisas eram feitas na primeira pessoa. Salientou que não havia competências que fossem estanques. Deu o exemplo do Vereador Pargana, no seu primeiro relatório ter dito: "Eu instalei o Conselho Municipal de Educação!", no entanto quem presidia àquele Conselho e assinava os ajustes diretos das refeições era a Presidente da Câmara. O Vereador não tinha competência para tal. Assim como a própria tinha competências que se entroncavam com as dos outros Vereadores da autarquia. Ao estarem naquela edilidade, lembrou que a Câmara de Portalegre é apenas uma, não eram duas ou três. Quanto à questão dos precários, disse estar a ser analisada e o Vereador dos recursos humanos já tinha apresentado uma lista, a qual iria ser analisada brevemente, pois havia prazos a cumprir. Era preciso perceber, concretamente, o impacto que os precários iriam ter na Câmara, mas a intenção seria colocar, ao máximo, no mapa de pessoal, aquelas pessoas que, efetivamente, tinham vindo a desempenhar funções na Câmara e que correspondiam a um lugar permanente. -----

Raúl Cordeiro, quanto ao relatório em causa, disse que, provavelmente não iria ser necessária oposição no mandato em vigor, pois no executivo atual já se opunham uns aos outros. No seu entender, as observações feitas pela Presidente da Câmara eram tudo, menos de um executivo unido, que respondia numa voz única. Era mais que evidente que havia ali várias formas de exercer os cargos, para os quais as pessoas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

tenham sido eleitas. Cada um tinha a sua forma pessoal de entender a função que lhe tinha sido atribuída, refletindo-a no relatório que escrevia. Portanto, o exercício teria de ser o de juntar todas aquelas formas e dar-se-lhe um formato único para se tornar acessível. Era importante lembrar que a informação era pública. Referiu ainda que o último relatório o tinha recebido dividido em três partes.

Relativamente ao conteúdo do mesmo, disse existirem algumas situações que não eram claras. Na questão descritiva da atividade, continuavam, simplesmente, a enumerar as reuniões ocorridas, sem que fosse possível saber o objetivo/assunto das mesmas. Gostaria de ver ali refletidas questões para o futuro, como por exemplo: o envolvimento de Portalegre na questão das Smart Cities.

Em conclusão, começava a perder a esperança de que tal viesse a acontecer, no decorrer daquele mandato. -----

A Presidente da Câmara, quanto à questão da obra coerciva, disse que já tinha sido a notificação, mas o executivo ainda não tinha intervindo. Ainda em relação às reuniões descritas no relatório, disse que estava lá escrito o conteúdo das mesmas. -----

Hugo Capote disse ser evidente que o problema ali era a divisão feita entre a atividade da Presidente da Câmara e a dos Vereadores, que ficavam diluídos nas competências e nas áreas de intervenção da Câmara. Já se tinham apercebido que alguns não se reviam naquilo que a Presidente fazia e existia falta de diálogo e entendimento entre os membros do executivo camarário. -----

No uso da palavra Fernando Rebola salientou o facto de não conseguir fazer uma análise fundamentada, para ali poder apresentar, porque o relatório em apreço tinha cento e sessenta e quatro páginas e recebeu-o somente um dia antes daquela sessão da Assembleia. Sugeriu que, de futuro, pudessem ter acesso àquela informação com mais antecedência. -----

Ricardo Romão, disse que, mais importante do que estarem ali a discutir se o conteúdo do relatório era sobre quais as competências de cada pelouro, seria tentar perceber-se o que é que tinha sido feito. Deu o exemplo do gabinete InvestPortalegre, o qual tinha sido inaugurado há poucos dias, e que a Câmara tinha conseguido por ao serviço da população e das empresas, em apenas seis meses de executivo.

Sobre a questão do programa de refeições escolares nas escolas do concelho, através das IPSS, havia atualmente duas escolas que tinham ficado fora do protocolo (Monte Carvalho e Vargem) e, perante tal facto, gostaria de saber o porquê.

Ainda em relação ao formato do relatório, referiu que se corria o risco de a questão ir ali para discutir mais vezes, e, entendia que estariam a perder tempo, sem levar a algo de concreto e contribuindo apenas para aumentar a discórdia.

A Assembleia Municipal, enquanto órgão fiscalizador, devia perceber como é que o executivo fazia a sua própria política. Devia ser dada a oportunidade para que cada força política pudesse fazer a política à sua maneira.

Por último, disse que não condenava a forma de fazer política do Vereador Luís Pargana, mas achava que, eticamente, era duvidoso, senão questionável, que um Vereador que pertencia a uma Câmara Municipal fizesse publicidade à execução de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

algumas tarefas camarárias, através de uma página partidária ou de candidatura, nas redes sociais. O Município tinha formas de comunicação internas, que eram escolhidas pelo executivo, entre as quais as redes sociais e eram o meio de comunicar com a população. Além de que, também tinham Vereadores que, individualmente, gostavam de promover o seu trabalho na Câmara, através de páginas pessoais ou partidárias e, eventualmente, tal ato era questionável. -----

A Presidente da Câmara, relativamente à alimentação dos alunos do Reguengo e Ribeira de Nisa, informou que era propósito da autarquia que tal acontecesse normalmente. Iria ser extensivo a todos e só não tinha sido ainda possível porque aquelas duas localidades não tinham ainda qualquer IPSS que as pudesse fornecer. ---

Diogo Júlio partilhou com os presentes que, em dezembro de mil novecentos e setenta e três e mil novecentos e setenta e quatro, competia-lhe, enquanto trabalhador da “Rabeca”, deslocar-se pela Avenida da Liberdade, ao pé do Hotel, e bater à porta do Capitão Liberato, levando-lhe as provas para o próprio censurar o dito jornal. Passado aquele tempo, jurou a si próprio que nunca mais iria a censura nenhuma, nem permitir que alguém sugerisse que a censura voltasse.

Por outro lado, congratulou-se quando, no mandato anterior, a bancada da CDU denunciou a má qualidade das refeições nas escolas de Portalegre, mas houve bancadas que “assobiaram para o lado”. Felizmente, nos dias atuais a luta era outra: quando incorporar todas na solução encontrada. -----

Miguel Monteiro lembrou que nem a sua bancada, nem os Vereadores do PS no executivo, tinham “assobiado para o lado” na questão da qualidade da comida nas escolas. -----

Hugo Capote acrescentou, em jeito de conclusão, que já ali se tinha percebido que, em sete meses, a capacidade de trabalho da CDU, na Câmara Municipal, já começou a incomodar muita gente. -----

A Presidente da Câmara relevou que a lei da contratação pública não permitiu à Câmara fazer para que a qualidade das refeições escolares fosse a melhor possível para todos os jovens. A referida lei só tinha entrado em janeiro do corrente ano. -----

No uso da palavra, o Vereador Luís Pargana disse que, de facto, tinha sido feito um trabalho de exploração de alternativas ao serviço de refeições, nas escolas do primeiro ciclo e jardins de infância, em todo o concelho. Nas freguesias rurais tinha-se conseguido fazer uma cobertura daquele serviço de refeições em todas as freguesias, recorrendo a IPSS's, as quais atuavam no território de cada freguesia, com exceção da escola e jardim de infância do Reguengo, mas o Centro Paroquial de S.Tiago já estava a servir as refeições. Ficou de fora a freguesia da Ribeira de Nisa e Carreiras, porque não tinha sido possível concretizar um acordo semelhante ao que tinham feito com as outras IPSS's, nomeadamente o Lar de Monte Carvalho, com quem houve contactos exploratórios, mas que ficaram a aguardar resposta e que ainda não tinha sido possível concretizar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Relativamente à cidade, disse que se tinha iniciado o serviço de refeições apenas pela Escola do Atalaião, com um protocolo com o Centro Infantil de S.Cristóvão e havendo a possibilidade de ser também feita a alteração nas outras escolas tinham parceiros com condições de servir as refeições, quer na Escola da Praceta, quer na da Corredoura ou na Escola dos Assentos, contudo as regras da contratação pública não o permitiram. Entretanto, esperava que no mês de setembro já houvesse cobertura total do território do concelho.

Em relação à questão em que tinha sido abordado anteriormente disse que o Facebook era atividade pessoal ou política de informação. A CLIP tinha a sua página, o PSD e a CDU também e eram lá divulgadas atividades de natureza política, desenvolvidas pelos eleitos, na autarquia. E, portanto, podia ser um presta contas da CDU, impresso em papel, ou podia ser o recurso às novas tecnologias, naquilo que as mesmas permitiam.

Por último, esclareceu que nunca escreveu que tinha instalado o Conselho Municipal de Educação, em relatório nenhum, poi o que tinha escrito foi: “Promovi a instalação do Conselho Municipal de Educação.”, e foi porque teve competência delegada para tal.-----

2 – Ata n.º 5, relativa à reunião realizada em 23 de fevereiro de 2018;

Não houve intervenções.-----

3 – Plano de Intervenção no Espaço Rural (PIER), para as antigas instalações da Fábrica do Bagaço – Final do período de discussão pública;

- Deliberação de 07.03.2018 –

A Presidente da Câmara disse que tinha acabado o período de discussão pública e tinha sido também aceite pela Câmara. O PIER estava condicionado à alteração do Plano de Pormenor do Parque Natural e só quando sair no Diário da República se poderá proceder ao licenciamento.-----

Raúl Cordeiro lembrou que aquele tinha sido o primeiro ponto, com alguma discussão, no início do anterior mandato da Assembleia Municipal, já há mais de quatro anos. Saliu que, descontando todos os períodos legais necessários, aquele processo era um exemplo de como não existia um mecanismo ágil para resolver as situações. O processo “nasceu” mal e apesar de terem tentado encontrar solução para viabilizar o investimento, só agora era concluído, finalmente.-----

4 – Cancelamento de cláusulas do lote n.º 158-A da Zona Industrial de Portalegre – Barros & Alexandre, Ld.ª;

- Deliberação de 21.03.2018 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote perguntou se era absolutamente imprescindível haver dois lotes unificados naquele negócio, para que o mesmo se fizesse ou tratava-se de algum subterfúgio para se levantar o ónus do imóvel e depois ser vendido? -----

Miguel Monteiro disse que o que estava em cima da mesa consubstanciava um caso idêntico, em que a Câmara Municipal tinha errado. Não podia errar novamente. Existia um problema de registo na Conservatória do Registo Predial e a solução mais fácil seria levantar o ónus. Porque não alargar o ónus ao lote que já estava desonerado e que ia ser junto àquele, ou melhor, na constituição de um lote maior e onerando-se, para salvaguardar os interesses municipais. A bancada do PS votaria contra se o assunto não tivesse outra solução ou propunha que o ponto fosse retirado, para o executivo ponderar sobre o mesmo. Salientou que não tinha qualquer tipo de desconfiança no empresário em causa, mas era uma matéria que tinha de ser acautelada. -----

Joaquim Barbas também sugeriu que, se possível, a Câmara deveria equacionar o assunto de outra forma. -----

A Presidente da Câmara disse não haver problema nenhum e iriam reanalisar a questão e reunir com o empresário, para saber se havia outra possibilidade. -----

Ricardo Romão disse que, segundo informação disponibilizada pelo serviço de Património da autarquia: "...não era possível anexar um prédio quando o mesmo tinha cláusulas de reversão." Logo, era preciso perceber se havia ali algum impedimento legal e, provavelmente, anexar algum parecer jurídico, para que não fosse comprometido algum tipo de negócio, indevidamente. -----

O Presidente da mesa propôs a votação a retirada do ponto.-----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, retirar o ponto.-----

O Presidente da mesa acrescentou que não tinha sido apenas um caso que ali foi apreciado erradamente e de forma enganosa. Foi também a questão do Hotel da Zona Industrial e ainda, embora parcialmente, a RobCork, uma vez que tinham sido levantados ónus que tinham desprotegido o património municipal.-----

5 – Cerciportalegre – Cooperativa Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Portalegre, CRL – Ampliação de edifício na Quinta da Lage/Isenção de Taxas;

- Deliberação de 04.04.2018 –

Não houve intervenções.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

6 - Prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes referente a 2017;

- Deliberação de 18.04.2018 –

Hugo Capote disse que tinha ficado agradavelmente surpreendido com o exercício positivo dos SMAT. Estavam a falar de mais de setecentos mil euros de exercício líquido positivo que, dentro da escala, era bastante válido.

Perguntou o que é que iriam fazer com aquele exercício líquido? Iriam investir agora nos transportes e rede de águas, compensando os anteriores anos de penoso arrastamento?-----

O Vereador Nuno Lacão disse que, no âmbito do CA, aquela prestação de contas já ali tinha ido, foi somente uma atualização. Quanto à expectativa de se poder fazer algum investimento, disse que foi elaborado um plano de investimentos, com uma malha mais apertada, relativamente ao ano corrente e ao próximo. Grande parte do investimento irá ser na questão do saneamento, algumas intervenções ao nível dos descarregadores de tempestade, no sistema separativo, para evitar que a água pluvial vá para tratamento e também na renovação da rede de abastecimento. Ainda na renovação de alguma frota e equipamento de segurança de alguns trabalhadores.

Acrescentou que o valor obtido resultava do ano de seca.

Por último, disse que na próxima reunião da Assembleia, seria apresentado um plano de investimentos, passível de ajuste e de contributos da própria Assembleia. -----

Hugo Capote perguntou se era verdade que os SMAT cobravam a água da rega dos serviços municipais à Câmara Municipal. -----

A Presidente da Câmara respondeu afirmativamente.-----

Diogo Júlio perguntou se seria que os jardins municipais pudessem ser regados com a água que abastecia a fábrica Robinson ou a de Lanifícios, bastando para tal uma intervenção nas galerias para a canalizar e aproveitar. -----

A Presidente da Câmara informou que já tinham equacionado a questão e que tinham sido feitas obras naquele sentido, inclusive para a rega do estádio municipal. O espaço da fábrica, propriedade da autarquia, tinha um reservatório que enchia sazonalmente. Portanto, a determinada altura, tinham de regar com água da rede. -----

O Vereador Nuno Lacão disse que, efetivamente, as captações de São Mamede eram utilizadas para a rega dos jardins. No ano passado, com o período de seca, houve alturas em que já não chegava, pela gravidade, à cidade, para rega dos jardins. -----

7 - 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Portalegre de 2018;

- Deliberação de 18.04.2018 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente disse que o ponto tinha, basicamente, a ver com o reforço do contrato programa que tinham com a edp. -----

Joaquim Barbas disse que aquela revisão tinha a ver, normalmente, com a aplicação de saldos. Na sua opinião, achava que o ponto sete deveria ser apreciado primeiro, visto que era a aprovação das contas e só havia saldo depois das mesmas estarem aprovadas. -----

A Presidente da Câmara acrescentou que tinha a ver com a transferência do saldo de gerência do ano anterior para reforço da rubrica em questão. -----

Miguel Monteiro disse que seria salutar que, na próxima vez aqueles pontos fossem ali, tecnicamente, melhor justificados. Um resumo de um parágrafo, provavelmente, explicaria de forma clara o que estava subjacente àquela revisão orçamental. -----

A Presidente da Câmara acrescentou que a autarquia estava, atualmente, a passar pela desmaterialização (MyDoc) e, tendo havido mudanças, era necessário adaptarem-se. Nos últimos dias as coisas não tinham corrido bem e, efetivamente, o processo não tinha seguido na íntegra para os membros da Assembleia. Pediu desculpa pelo lapso e esperava que não voltasse a acontecer. -----

8 – Relatório de prestação de contas da Câmara Municipal de Portalegre referente a 2017;

- Deliberação de 18.04.2018 –

A Presidente da Câmara, de forma sucinta, informou que o orçamento de dois mil e dezassete destacou-se pelo cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, definida no n.º dois, do artigo quarenta, da lei setenta e três de dois mil e treze, de três de setembro. A receita bruta cobrada tinha sido superior à despesa corrente paga, acrescida das amortizações médias de empréstimo. O município registou um resultado líquido de um milhão, quinhentos e vinte e um mil, zero trinta e três e dezassete cêntimos. O orçamento da receita teve uma execução de noventa e quatro por cento, que foi a taxa mais elevada dos últimos anos. O orçamento da despesa tinha registado uma execução de noventa e dois, ponto oitenta e dois, que correspondia a dezassete milhões, quarenta e oito, cento e vinte e um.

Relevou ainda que o valor da dívida bruta do município, resultante das operações orçamentais, excluindo o FAM e integrando a contribuição das entidades participadas, foi de vinte e seis milhões, duzentos e oitenta e sete, seiscentos e sessenta e nove, quarenta e um, o que correspondia a um índice de endividamento de um, ponto trinta e sete, o que significava que, atualmente tinham um limite inferior ao que as finanças locais definiam como excesso de endividamento.

Referiu também que, naquele exercício, tinha sido internalizado o Mercado Municipal de Portalegre e foi feita reestruturação do empréstimo financeiro, cujo aval do Tribunal de Contas já tinha chegado, de modo a ser possível fazer a reestruturação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote perguntou à Presidente da Câmara quem é que tinha elaborado aquele relatório de prestação de contas, uma vez que não estava assinado. -----

A Presidente da Câmara disse que tinha sido a própria. -----

Novamente no uso da palavra, Hugo Capote disse que o seu grupo não tinha problemas nenhuns em aprovar as contas da Câmara, do ponto de vista legal, mas, no entanto, não conseguiam aprovar aquele relatório político. -----

A Presidente da Câmara lembrou que o relatório em causa tinha sempre uma parte política, que tinha a ver com a estratégia política da Câmara Municipal. Era evidente o facto de existir uma estratégia política, que tinha sido refletida naquele orçamento de dois mil e dezassete e que a própria tinha de responder pelo mesmo. A componente política acabava por dar corpo às opções da autarquia. Sempre assim tinha sido. -----

Miguel Monteiro disse que, pelas primeiras páginas do documento em causa, era necessário ter cuidado com a desmaterialização das intervenções e dos intervenientes, bem como das declarações de voto dos mesmos. Quanto à prestação de contas, e mais propriamente na sua avaliação política, referiu que o PS não se refletia nas mesmas, pelo simples facto de aquelas contas refletirem as políticas da Presidente da Câmara e as suas estratégias e encerravam um ciclo de quatro anos de mandato autárquico, em que foram aplicadas políticas ao concelho, que o conduziram ao estado atual, que todos sabiam.

O PS gostaria que as políticas tivessem sido mais ambiciosas, que tivessem passado para lá do patamar de terem uma Câmara que respondia somente ao essencial e ao básico e, curiosamente, chegou-se a um ponto que aquilo que discutiam como virtuoso era o facto dos serviços da Câmara tratarem da limpeza da cidade.

Era necessária uma maior capacidade de se angariar receita, fator preponderante para que uma capital de distrito se assumisse como tal, no seio do Alentejo. Os orçamentos eram manifestamente curtos para Portalegre e, obviamente, para poderem ser aumentados, só podia ser com base na receita. Faltava ambição.

Em conclusão, Partido Socialista não se revia naquelas contas, porque não acreditava nas políticas que as originavam. Contudo, não queriam deixar ali uma marca negativa, relativamente àquele novo início e não iriam votar contra o orçamento, mas também não iriam votar favoravelmente, pelos motivos atrás referidos. -----

Joaquim Barbas disse congratular-se com aquele relatório, pois via ali noventa e quatro por cento de execução de receita e noventa e dois vírgula oito de despesa. Lembrou que, durante os quatro mandatos em que pertenceu ao executivo camarário, quando tinham sessenta por cento de execução, era algo extraordinário. Provavelmente, seriam orçamentos mais inflacionados nas receitas e metiam-se obras à espera que viessem verbas. No entanto, havia naquele orçamento uma margem boa. Saliu que desde que a atual Presidente tinha iniciado os seus mandatos, já tinha reduzido a dívida a mais de metade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Uma vez que estavam reunidas as condições, esperava que futuramente houvesse, por parte do executivo, políticas mais ambiciosas, sem mais desculpas de redução de endividamento.-----

Hugo Capote disse que, apesar de haver sempre dilema, o que estavam ali a votar era um relatório político, e não as contas, o qual era combatido nas urnas, há cerca de oito meses. Portanto, não podiam validar aquele relatório político, caindo em contradição com o que tinham andado a dizer.

Quanto à certificação das contas, que foi entregue posteriormente, disse haver uma questão que tinha a ver com a Caixa de Crédito Agrícola, na regularização de uma dívida de dois mil e dezasseis, que aumentou a rubrica “Fornecedores de imobilizado” em mais dois milhões de euros. A pergunta que colocou foi se aquela dívida, conhecida desde dois mil e três, não estaria já refletida nas contas do município, mesmo com outra denominação.-----

A Presidente da Câmara disse que, de facto, tinham vivido alguns constrangimentos financeiros, nos últimos anos. Fosse como fosse, a Câmara, apesar dos ainda dezassete milhões, tinha de juntar ali os SMAT, que tinham mais cinco milhões. Estava portanto a falar de cerca de vinte e três milhões do orçamento do município. Salientou que os outros concelhos não tinham aqueles serviços à parte.

Concordava que o orçamento era pouco, mas era real. Obviamente que tinha a ambição de poder ir mais além mas, apesar dos constrangimentos financeiros, Portalegre, entre os distritos do Alto Alentejo, foi considerada o local para melhor se viver e para investir. Tinha muito a ver com o rácio das exportações feitas no concelho e dos investimentos feitos nos últimos anos, em que a Câmara teve um política ativa, de cerca de sessenta milhões de euros. Tal facto não passava ao lado.

Em termos de IMI, ressaltou que o município isentou na zona da ARU, para incentivar à reabilitação urbana. Atualmente já estavam a ter aumentos diretos ao nível do IMT, o que mostrava que aquelas questões surtiam efeitos positivos, embora não se vissem a curto prazo, e sim a médio e longo prazo.

Em conclusão, disse que pretendia governar, não para quatro anos, mas sim para o futuro de Portalegre.

Por último, quanto às contas de regularização da dívida atrás referida, informou que a autarquia teve de fazer um plano de pagamentos, quer com a Caixa Central do Crédito Agrícola, quer com o Banco Espírito Santo, que passou a Novo Banco. O procedimento demorou muito tempo, devido à reestruturação do banco, tendo somente reflexo em dois mil e dezassete. -----

No uso da palavra, Ana Vilhais disse ser de parabenizar o relatório de gestão e contas da Câmara Municipal, que culminava com o parecer favorável do revisor oficial de contas e que significava que o que ali estava era verdade. O truque da auditoria não era só validar o estava, mas também o que não estava. A execução orçamental era algo muito importante e, obviamente, nas justificações de qualquer relatório de contas existia um enquadramento, com alguma conotação política, direcionada com o que estava orçamentado e com as decisões tomadas pelo executivo. O que importava era



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

o que já estava registado e aprovado. Em conclusão, disse não haver razões para não aprovar aquele relatório.-----

Hugo Capote lembrou que as contas do grupo BES foram aprovadas durante vários anos, também tinha sido um excelente exercício de contabilidade e o que lá estava, estava, o que não estava, não estava. Tais contas também tinham sido aprovadas e foram uma realidade.-----

Ana Vilhais disse que não trabalhou na empresa que fez a auditoria ao BES. De qualquer forma, os pareceres que foram emitidos, foram-no com reservas. -----

Raúl Cordeiro disse que a Presidente da Câmara não tinha ali citado o ranking de transparência municipal, onde o município de Portalegre tinha descido 93 lugares, em dois anos. Também no Bloom Consulting estava descrito que tanto Évora, como Beja e Santarém estavam à frente de Portalegre, nos índices de viver, de negócios e de visitas.-----

9 – Centro Social e Paroquial de S. Tiago/Isenção de Taxas;

- Deliberação de 18.04.2018 –

Não houve intervenções.-----

10 - Aprovação das peças do procedimento e abertura de concurso público de concessão de uso privativo para a exploração de um quiosque destinado à venda de produtos locais, castanhas assadas, fruta e frescos da época, smoothies (sumos frescos de fruta e/ou legumes), gelados e flores, com uma área bruta de 20,25 m2 e uma área útil de 3,51 m2, sito no antigo Rossio do Espírito Santo, contíguo à Avenida da Liberdade, pelo período de 5 anos;

- Deliberação de 18.04.2018 –

Não houve intervenções.-----

11 - Aprovação das peças do procedimento e abertura de concurso a celebrar no âmbito do Acordo Quadro CIMAA – AQ 01CC-CIMAA/2017 - Energia, para os seguintes ajustes diretos:

- Fornecimento de energia elétrica às instalações alimentadas em baixa tensão especial para o Município de Portalegre, de 01/05/2018 a 31/12/2018, no valor de 173.334,14€ e para o ano de 2019, no valor de 297.223.56€;
- Fornecimento de energia elétrica às instalações alimentadas em média tensão, Baixa tensão normal e iluminação pública para o Município de Portalegre, de 01/05/2018 a 31/12/2018, no valor de 524.823.73€ e para o ano de 2019, no valor de 862.421.15€;
- Deliberação de 18.04.2018 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote perguntou se o ponto onze interferia em algo com o ponto doze. -----

A Presidente disse que não. O ponto seguinte tinha a ver com o fornecimento normal de energia elétrica ao município. -----

12 - Concessão da rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão para o Concelho de Portalegre;

- Deliberação de 18.04.2018 –

Hugo Capote disse que, geralmente, os últimos pontos da ordem eram assuntos mais simples e que não geravam discussão. No entanto, aquele ponto não era simples, uma vez que havia ali uma decisão que a Assembleia não tinha de tomar naquela sessão. Segundo as informações anexas ao documento, provavelmente o executivo camarário deveria agendar aquela discussão para mais tarde, para se perceber se o município teria, ou não, capacidade para, em conjunto com os SMAT, gerirem aquele tipo de rede elétrica. Apesar de haver uma renda fixa que a edp pagava ao município, no valor de um milhão, cento e setenta mil euros, mas facilmente se percebia que estava implícito um volume de negócios de mais de dois mil milhões de euros, recebidos pela edp, da energia que vendia aos portugueses, dos quais transferia, anualmente, cerca de quatrocentos e cinquenta milhões para todos municípios do país.

Portanto, estava-se a falar de uma parte do serviço, prestado pela edp, que até era subcontratado a outras empresas, ou melhor, a Câmara não precisaria de ter um knowhow técnico para tal, bastando apenas fazer o que a edp fazia e que era subcontratar um serviço. Inclusivé, os SMAT já tinham em si a parte administrativa e de faturação, bem como o de andar no terreno e controlar os meios necessários. Portanto, o lado mais positivo seria de que, em vez de a autarquia ter uma renda fixa de um milhão, cento e setenta e tal mil euros, poderia ter três ou quatro vezes mais do que aquilo.

Acrescentou que, no mínimo dos mínimos, não deveriam ter de decidir já o ponto, até porque o prazo era até final do segundo semestre de dois mil e dezoito e os concursos só serão feitos em dois mil e dezanove.

Também referiu que o próximo contrato seria feito através da CIMAA, o que iria prejudicar ainda mais o município de Portalegre, porque iria haver um fator de sustentabilidade dos concelhos mais desfavorecidos, onde o fornecedor daquele serviço não iria ter os mesmos custos de distribuição do que em Portalegre.

Por último, salientou que se tratava de uma questão de bom senso na gestão e o município não precisava optar já pela lei trinta e um de dois mil e dezassete, porque, pelo que percebeu, a mesma fechava-lhes as portas da gestão direta da autarquia e sem oportunidade de voltar atrás.

Deveriam, pois, avaliar primeiro se seriam capazes de gerir diretamente a distribuição da rede em baixa, já que, com poucos custos acrescidos, as receitas podiam chegar aos cinco milhões de euros por ano, o que equivalia ao próprio orçamento anual dos SMAT. Realçou que ainda tinham mais de seis meses para decidir a questão.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Câmara entendeu que o ponto devia ser retirado e, sinceramente, havia ali a necessidade de fazer uma análise profunda. Atualmente o município não tinha capacidade, em termos técnicos, para tal. No entanto, podia ser feita a concessão, sendo que a Câmara tinha a concessão até dois mil e vinte e um.

O que aconteceu foi que o município foi, de algum modo, pressionado naquele procedimento, o qual tinha a ver também com a Comunidade Intermunicipal.

Salientou que iria verificar a deadline, até à tomada de decisão final.

A questão era complexa e seria preciso perceber se o próprio procedimento da CIMAA ficaria inviabilizado. -----

O Presidente da mesa propôs a votação a retirada do ponto. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, retirar o ponto. -----



DELIBERAÇÕES:

No uso da palavra, Ricardo Romão solicitou à mesa uma breve interrupção da reunião, visto ter havido alguns documentos que não conseguiram avaliar ainda, no seio do seu grupo municipal (CLIP), nomeadamente a questão das moções apresentadas, as quais só foram enviadas para os representantes dos grupos municipais e não para os restantes membros. -----

O Presidente da mesa suspendeu a reunião por dez minutos. -----

Voto de pesar – PSD (Joaquim Barbas)

“A Comissão Política da Secção do PSD/ Portalegre e os membros eleitos por esta força política na Assembleia Municipal, vêm por este meio manifestar o seu pesar pelo falecimento da Senhora Professora, Maria de Lourdes Cordas Marmelo Cardoso Martins:

Cidadã exemplar, uma profissional competente e uma defensora entusiasta de Portalegre, marcou várias gerações não só como docente, mas também como autarca eleita nas listas do PPD/PSD. Quem a conheceu bem, descreve uma pessoa que de forma sincera e desinteressada defendia Portalegre e, de forma profissional, tudo fazia pelo bom nome da nossa cidade.

Foi uma Vereadora sempre disponível e que apresentou várias propostas e sugestões que contribuíram para o desenvolvimento do nosso Concelho, cumprindo de forma dedicada as suas funções.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Mas era também no dia-a-dia, sempre e em todas as ocasiões, uma pessoa que se preocupava com o próximo e que não deixava de prestar auxílio a quem dela precisava.

Deixou-nos inesperadamente, no passado dia 11 de março, ficando Portalegre e todos os que a acompanhavam, das mais diversas formas, muito mais pobres. Apresentamos à sua família as mais sinceras condolências.”

Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere:

1. Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo falecimento da Professora Maria de Lourdes Cordas Marmelo Cardoso Martins, guardando um minuto de silêncio em sua memória;
2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste Voto de Pesar.”

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, o voto de pesar. -----

O presidente da mesa manifestou que ele próprio se associava àquele voto de pesar, pois era uma pessoa que conhecia bem e por quem nutria uma profunda amizade e um respeitoso reconhecimento, em nome da Assembleia Municipal de Portalegre. -----

Seguiu-se um minuto de silêncio. -----

Moções:

1.ª Moção – “Transferência de competências” - (CDU);

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PS e PSD, a abstenção da CLIP, e os votos a favor do PCP/PEV, rejeitar a moção. -----

2.ª Moção – “Em maio reafirmar abril” - (CDU);

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos favoráveis de todos os grupos municipais, com a abstenção dos membros José Barradas (CLIP), Ana Vilhais (CLIP) e Adriano Pedro (CLIP), aprovar a moção. -----

3.ª Moção – “Congresso do Alentejo” - (CDU);

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PSD, com a abstenção da CLIP e os votos favoráveis do PSD e PCP/PEV, rejeitar a moção. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

2 – Ata n.º 5, relativa à reunião realizada em 23 de fevereiro de 2018;

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 3 abstenções: João Realinho (PS), Adriano Pedro (CLIP) e Paula Marques (PSD) e restantes votos a favor, aprovar a ata n.º 5. -----

3 – Plano de Intervenção no Espaço Rural (PIER), para as antigas instalações da Fábrica do Bagaço – Final do período de discussão pública;

- Deliberação de 07.03.2018 –

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção da CDU e a favor das restantes bancadas, aprovar a derrama.-----

Declaração de voto – PCP/PEV (Hugo Capote)

“Os valores ambientais e ecológicos previstos na RAN e na REN devem ser respeitados por todos para bem das populações em geral e das que propõem essas mudanças que por vezes não equacionam os prejuízos que podem daí advir.

No entanto, tendo em conta que já aí se encontrava anterior construção e que o concelho carece de investimento que capte novos visitantes e capital para desenvolver a sua economia, a bancada da CDU abstém-se nesta votação.”

4 – Cancelamento de cláusulas do lote nº. 158-A da Zona Industrial de Portalegre – Barros & Alexandre, Ld.ª;

- Deliberação de 21.03.2018 –

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, retirar o ponto.-----

5 – Cerciportalegre – Cooperativa Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Portalegre, CRL – Ampliação de edifício na Quinta da Lage/Isenção de Taxas;

- Deliberação de 04.04.2018 –

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto.-----

6 - Prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes referente a 2017;

- Deliberação de 18.04.2018 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto.-----

O Presidente da mesa lembrou que o ponto sete tinha sido trocado com o ponto oito. –

8 - Relatório de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Portalegre referente a 2017;

- Deliberação de 18.04.2018 –

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto.-----

7 – 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Portalegre para 2018

- Deliberação de 18.04.2018 –

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto.-----

9 – Centro Social e Paroquial de S. Tiago / Isenção de Taxas;

- Deliberação de 18.04.2018 –

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto.-----

10 - Aprovação das peças do procedimento e abertura de concurso público de concessão de uso privativo para a exploração de um quiosque destinado à venda de produtos locais, castanhas assadas, fruta e frescos da época, smoothies (sumos frescos de fruta e/ou legumes), gelados e flores, com uma área bruta de 20,25 m2 e uma área útil de 3,51 m2, sito no antigo Rossio do Espírito Santo, contíguo à Avenida da Liberdade, pelo período de 5 anos;

- Deliberação de 18.04.2018 –

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto.-----

11 - Aprovação das peças do procedimento e abertura de concurso a celebrar no âmbito do Acordo quadro da CIMAA – AQ 01CC-CIMAA/2017 - Energia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto.-----

12 - Concessão da Rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão para o Concelho de Portalegre;

- Deliberação de 18.04.2018 –

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, retirar o ponto.-----

Aprovação em Minuta:

O Presidente da mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à Minuta da Ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

FALTAS: Não houve faltas a registar.

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa, encerrada a 4.^a sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 01.00 h, do dia 28 de abril do ano de 2018 e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei.-----